

ISADORA PERON
E SANDRA MANFRINI
Estadão Conteúdo, Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, retorna aos trabalhos hoje, após 15 dias afastado do Palácio do Planalto por causa de uma cirurgia para a retirada da próstata. "Amanhã (segunda-feira) retornarei às atividades, se Deus permitir", disse Padilha à reportagem. O ministro já convocou uma reunião com líderes da Câmara para discutir reforma da Previdência.

Homem forte do governo Michel Temer, Padilha retorna ao ministério em meio à expectativa de ter seu nome na lista de pedidos de abertura de inquérito decorrentes das delações da Odebrecht. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve entregar a relação esta semana ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Congresso

Fontes do governo afirmam que Padilha é peça fundamental na interlocução com o Congresso para garantir a aprovação das mudanças na Previdência e de outras reformas consideradas fundamentais para o governo Temer. "O Padilha é importante para o governo. E a reforma da Previdência é uma prioridade para o País", disse o presidente da comissão da reforma, deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

A ausência do ministro à frente da articulação política com a Câmara foi sentida pela equipe econômica. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, assumiu esse papel nas últimas semanas, auxiliado pelo secretário de Previdência, Marcelo Caetano, mas a avaliação é que o ministro Eliseu Padilha tem o perfil adequado para esse "enfrentamento" com os parlamentares.

Linha de frente

"Ele (Padilha) tem um poder de articulação que está fazendo falta. Se ele não voltar ao trabalho, o governo terá que encontrar um outro nome para fazer essa linha de frente", disse uma fonte da área econômica. Segundo esse interlocutor, o ministro

PLANALTO Ministro retorna em meio à expectativa de ter seu nome na lista de pedidos de abertura de inquérito decorrentes das delações da Odebrecht

Padilha articula reforma da Previdência, após cirurgia



Eliseu Padilha ficou 15 dias afastado do Palácio do Planalto por causa de cirurgia para a retirada da próstata

PEÇA FUNDAMENTAL

Fontes do governo afirmam que Padilha é peça fundamental na interlocução com o Congresso para garantir a aprovação das mudanças na Previdência e de outras reformas consideradas fundamentais para o governo Temer.

sabe ser firme na negociação política e tem bom trânsito no Congresso.

A licença médica de Padilha coincidiu com a crise provocada pelo depoimento do ex-assessor da Presidência José Yunes à Procuradoria-Geral da República, que levou a investigação da Lava Jato para dentro do Planalto. Yunes procurou o Ministério Público para acusar o ministro da Casa Civil de ser o

mandante da entrega de um "pacote", no seu escritório de advocacia, em São Paulo, na campanha de 2014.

A história já havia sido relatada na delação do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho, mas Yunes pôs combustível na crise ao dizer que atuou como "mula involuntária" de Padilha. Na versão de Yunes, a encomenda foi entregue a ele pelo operador financeiro Lúcio

Funaro, homem da confiança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Alvos da Lava Jato, Funaro e Cunha estão presos. Amigo de Temer há 40 anos, Yunes deixou o governo quando veio a público a delação de Melo Filho.

Diante das revelações, chegou-se a especular que Padilha poderia não voltar ao governo. O Planalto sabe que um pedido de abertura

de inquérito contra Padilha aumentará a pressão para que ele deixe o cargo, mas como Temer já criou uma linha de corte para os ministros envolvidos na Lava Jato, ele só será afastado se virar réu.

Padilha também foi citado pelo ex-executivo da Odebrecht José de Carvalho Filho durante depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na sexta-feira. O ministro tinha pelo menos quatro senhas para o pagamento de caixa 2 ao PMDB. O valor total destinado ao partido chegaria a R\$ 5 milhões.

Lista de delações

Mesmo diante da expectativa de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviar hoje ao Supremo Tribunal Federal (STF) a lista dos pedidos de investigação contra ministros e parlamentares com base nas delações da Odebrecht, o presidente Michel Temer vai tentar manter o clima de normalidade e focar em agendas positivas para desviar a atenção do assunto. No Congresso, porém, a avaliação é de que as novas revelações devem afetar a agenda de votações tanto na Câmara como no Senado.

Entre os parlamentares, a avaliação é de que o ritmo das votações vai depender do impacto da nova lista no mundo político. No Senado, os pedidos de abertura de inquérito podem atingir nomes importantes do PMDB e do PSDB e tornar inviável a votação da segunda etapa da repatriação de recursos de brasileiros depositados ilegalmente no exterior, considerada prioritária para os Estados em crise.

Também citado por executivos da Odebrecht, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), convocou uma reunião de líderes para hoje, para definir o comando das comissões permanentes da Casa, mas abandonou a ideia de colocar em votação esta semana o projeto sobre teorização, considerado polêmico pela oposição. "O Congresso vai precisar mostrar maturidade", disse o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB).

DISPUTA NAS URNAS

PMDB, PT e PDT levam duas prefeituras, cada, em novo pleito

FERNANDO NAKAGAWA
Estadão Conteúdo, Brasília

PMDB, PT e PDT venceram em duas cidades cada nas eleições municipais realizadas em 11 municípios brasileiros após os escolhidos na disputa de outubro do ano passado terem sido casados pela Justiça Eleitoral. O maior município com novas eleições foi Gravataí, no Rio Grande do Sul, cujo prefeito eleito é Marco Alba, do PMDB, que teve apoio de

45 909 eleitores ou 40,28% dos votos válidos.

Pedetista

Rosane Bordignon, do PDT, ficou em segundo com 36,52%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Outro município que elegeu prefeito do partido do presidente da República Michel Temer foi o também gaúcho São Vicente do Sul, que escolheu o candidato Paulinho, com 52% dos votos válidos.

Nas eleições de ontem, o PT da ex-presidente Dilma Rousseff levou outras duas cidades: Butiá, no Rio Grande do Sul, com vitória de Daniel, com 51%, e São Bento Abade em Minas Gerais, que elegeu a candidata Jane Irma da Janete, com 48,9%.

Cidades gaúchas

Outro partido com dois prefeitos eleitos é o PDT, com vitórias nos municípios gaúchos de Arvorezinha e Salto do Jacuí. Entre as ou-



Marco Alba, do PMDB, foi eleito prefeito da cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul

tras cidades com eleição neste domingo, São Vendelino (RS) elegeu candidato do PTB e Calcoene (AP) deu vitória ao candidato do PPS. Já as localidades mineiras de Alvorada de Minas e Ervália elegeram candidato do Solidariedade e Democratas, respectivamente.

O resultado da disputa em Conquista D'Oeste, município situado no Mato Grosso, ainda não aparece no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O que caixa dois, três ou quatro é?



Ricardo Noblat
Jornalista
noblat@oglobo.com.br

Bons tempos aqueles em que os caixas de campanha se limitavam a dois. O primeiro, legal – a doação de dinheiro informada à Justiça. O segundo, ilegal – a doação de dinheiro por debajo do pano. Os que se valiam do caixa dois negavam com veemência que o fizessem. Maus tempos, estes. De cara limpa, admite-se a existência de três ou mais caixas. E criminosos tramam uma anistia em causa própria.

O que mudou? A sociedade tornou-se mais tolerante com a corrupção? Ou os corruptos se tornaram mais ousados? Dado o grau de apoio popular à Lava Jato, diminuiu a tolerância dos brasileiros com a corrupção. Aumentou a ousadia de corruptos e corruptores, assim como o volume de dinheiro em circulação proveniente do superfaturamento do preço de obras públicas. O distinto público segue pagando a conta.

Aumentou também a desfaçatez dos políticos suspeitos de roubar. A ponto de, ameaçado de ser condenado e preso, pelo menos um deles, Lula, decidir lançar-se candidato a presidente da

República. Antes, a simples suspeição era capaz de adiar projetos ou de sepultar pretensões. Hoje, antecipa. Como se o fato de declarar-se candidato garantisse desde já foro privilegiado a quem não tem.

Caixa dois não é coisa nossa como a jabuticaba, que também não é. A invenção de outros caixas, sim, pode ser. Em entrevista ao site da BBC Brasil, o ministro Gilmar Mendes revelou a existência de no mínimo quatro caixas. O primeiro, legal. O segundo, clandestino, "mas sem outros vícios". O terceiro, registrado na Justiça, mas fruto de propina. O quarto, com o objetivo de corromper.

Mendes acha que o segundo tipo de caixa, o clandestino "sem outros vícios", precisa ser desmistificado. Quer dizer: como quase todos os políticos de todos os partidos sempre abusaram do caixa dois, a prática deveria ser descriminalizada. Pois é, o mundo gira e a Lusitana roda... Em setembro de 2012, durante o julgamento do mensalão, Mendes pensava diferente.

Assim ele contestou à época a defesa dos mensaleiros: "Essa supostamente inventiva tese do caixa 2, propagada como normal no ambiente partidário, não se sustenta pela origem ilícita dos recursos, que decorria de peculato ou de dinheiro

associado a práticas de corrupção. Portanto, falar em recursos não contabilizados, como se se tratasse de mera falha no processo administrativo eleitoral, é eufemismo dos eufemismos".

Quando presidente, Fernando Henrique Cardoso quis processar Lula por ele ter dito que a privatização de empresas engordaria o caixa dois do PSDB. Há dez dias, chamou caixa dois de "erro que precisa ser reconhecido, reparado ou punido". Corrupção seria a obtenção de recursos para enriquecimento pessoal. Políticos de A a Z assinarium em baixo do que disse o eminente sociólogo.

O artigo 317 do Código Pe-

nal prevê reclusão de dois a 12 anos para o agente público que "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida (...)". O artigo 350 do Código Eleitoral prevê reclusão de até cinco anos e multa para quem "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar".

Caixa dois, três, quatro ou cinco é crime – e como tal sujeito aos rigores da lei. Caberá à Justiça dizer mais cedo ou mais tarde o que seria uma anistia aprovada por um bando de suspeitos para escapar de eventuais punições.